


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 23 de novembro de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. Heitor Luiz Ferreira do Amparo. O referido é verdade. Nada mais. Eu, ,Cristiane Marques Gomes Treviso, Assistente Judiciário, digitei.

**SENTENÇA**

Processo nº: 1000816-24.2018.8.26.0037 -  
Classe - Assunto **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
Requerente: Gicelma Farias de Santana  
Requerido: Bayer S/A

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Heitor Luiz Ferreira do Amparo

Vistos.

GICELMA FARIAS DE SANTANA, qualificada nos autos, promove contra BAYER S/A a presente ação ordinária alegando, em resumo, que é consumidora da pílula anticoncepcional "triquilar" produzida pela requerida; que fazia uso contínuo da pílula e em decorrência do atraso menstrual realizou consulta médica na qual recebeu a notícia que estava grávida; que não pretendia ter mais filhos; que conta com 43 anos de idade, fato que traz riscos a sua saúde e do bebê; que a pílula não foi eficaz; que os fatos lhe causaram danos morais, os quais devem ser suportados pela requerida. Pede a procedência da ação para esse fim.

A requerida contestou a ação aduzindo, preliminarmente, imprestabilidade da produção da prova pericial. No mérito, sustentou que contraceptivos orais possuem riscos naturais; que a possibilidade de gravidez está informada em suas bulas; que a autora não comprovou que utilizou o medicamento; que a autora não apresentou receita médica, nota fiscal e prontuário médico; que não há nexo causal; que não praticou ato ilícito; que o valor pleiteado é exorbitante. Pediu a improcedência da

**1000816-24.2018.8.26.0037 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo  
CEP: 14801-425 - Araraquara - SP  
Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

ação, se não acolhida a preliminar (págs. 46/57).

A autora manifestou-se sobre a contestação (págs. 122/125).

O processo foi saneado (págs. 150/151).

Veio para os autos o laudo pericial de págs. 200/219 com manifestação posterior dos interessados.

É o relatório.

Não havendo necessidade de produção de outras provas, passo a decidir.

A preliminar alegada envolve-se com o mérito e com ele será decidida.

No mais, a pretensão inicial não procede.

Com efeito, no laudo pericial de págs. 200/220 consignou o perito judicial que nos ensaios "Aspecto", "Identificação de Levonorgestrel", "Identificação de Etinilestradiol", "Teor de Levonorgestrel" e Teor de Etinilestradiol as conclusões foram satisfatórias, afastando a possibilidade de defeito no medicamento.

É certo que a prova pericial foi realizada em cartela do medicamento pertencente ao mesmo lote daquele que alega a autora ter sido ineficiente e na bula que o acompanha existe informação da maneira correta de utilizá-lo visando a sua eficácia perfeita.

No mais, na bula existe, ainda, a informação de que se a paciente suspeitar gravidez, deve suspender o uso do medicamento deixando claro, assim, a possibilidade da sua ocorrência (pág. 84) o que certamente era do conhecimento da autora.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

Estava, assim, ciente a autora dos riscos do medicamento, o que demandava cuidados independentemente da sua ingestão, o que parece não ocorrer.

Dentro desse contexto, e em especial das conclusões da prova pericial, não há como atribuir-se à requerida a responsabilidade pela gravidez da autora de forma a justificar a indenização reclamada.

Diante do exposto, julgo improcedente a ação para condenar a autora no pagamento das custas processuais e honorários de advogado de quinze por cento sobre o valor dado à causa, satisfeitos na forma do art. 98, § 3º da lei processual civil.

Intime-se.

Araraquara, 13 de dezembro de 2018

Heitor Luiz Ferreira do Amparo  
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA